

Entrevista

Fernanda Freitas

*Presidente da Comissão
do Ano Europeu do Voluntariado*

**“Não há palavras
que descrevam o
que recebe um
voluntário”**

Págs. 3 e 4



Artigos de opinião

A. Leite Garcia

**Vencer a crise
com maior diálogo**

pág. 12

Artur Lemos

**Os sindicatos
e a Europa**

pág. 14



Cabo Verde

**Um país
com futuro**

págs. 8, 9 e 10

Quem foi Abel Varzim?

– Precursor do Ecumenismo

pág. 11



Editorial

A ESPERANÇA COMO ESTRATÉGIA

Este Outono de 2011 continua marcado por situações de profunda incerteza face ao futuro que nos espera. A crise financeira, económica e social está longe de ser ultrapassada e quase todos os dias surgem mais motivos para preocupação. Mas, vivendo, nós, uma situação de emergência nacional e mundial, não podemos deixarmo-nos vencer pelo pessimismo. Todos, mas sobretudo aqueles que se reclamam da vivência dos valores cristãos, têm que fazer da Esperança uma virtude «estratégica». Depois, há que trabalhar, há que animar, há que negociar, há que ceder, há que ser solidário, há que assumir novas posturas face aos bens materiais, há que praticar e lutar pela justiça, e tantas outras coisas....

O Forum Abel Varzim quer continuar a dar o seu contributo para que os portugueses reflectam e descubram caminhos novos que hão-de conduzir a uma sociedade mais igualitária, onde todos tenham lugar e onde a sua dignidade é reconhecida e respeitada. A presente edição do «Transformar», caminhando nesse sentido, apresenta um conjunto de textos que não ignoram os tempos que vivemos e que constituem uma fonte de enriquecimento que não deve ser desprezada. De forma particular chama-se a atenção para três artigos. O primeiro refere-se à entrevista a Fernanda Freitas, presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Voluntariado. Percebe-se neste texto qual a importância do voluntariado, o que tem sido feito em Portugal e como é que o voluntariado transforma a vida de quem é voluntário.

O segundo artigo, da autoria de Leite Garcia, aborda as questões complexas da subsidiariedade. O autor, que acumula uma longa experiência empresarial, reflecte sobre o tema, começando por explicitar o seu significado, prossequindo sobre o papel das Empresas e do Estado neste domínio e termina com referência às abordagens horizontais e verticais

O terceiro artigo que se destaca é da autoria de Artur Lemos, membro do FAV. Como têm sido a actividade Sindical e o papel dos Sindicatos? E como deverá ser o futuro: Concertação? Negociação?

Convidamos os leitores a ler e reflectir e a comunicar ao Forum os resultados alcançados. ■

Carta de Compromisso cria Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens



No passado dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, em Lisboa, duas dezenas de assinaturas confirmaram uma Carta de Compromisso com vista à criação do Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens. Além da jornalista Fernanda Freitas, a título pessoal, subscreveram o documento as seguintes instituições: Amnistia Internacional - Portugal, Assistência Médica Internacional (AMI), Associação dos Profissionais de Educação de Infância (APEI), Associação de Jardins-Escolas João de Deus, Associação Margens, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Câmara Municipal de Lisboa – Espaço a Brincar, Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), Comité Português para a UNICEF, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), Escola Superior de Educação de Lisboa, Fundação Aragão Pinto, Fundação do Gil, Fundação Pro Dignitate, Instituto de Apoio à Criança (IAC), Instituto Português da Juventude (IPJ), Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP).

O objectivo deste Fórum é contribuir para a defesa e promoção dos direitos sociais, culturais, económicos e civis das crianças e dos jovens. Pretende ser um espaço de diálogo, intercâmbio de ideias, saberes e pontos de vista.

Foi também apresentado o prémio de jornalismo “Os Direitos da Criança em Notícia”, que será atribuído a jornalistas nacionais com trabalhos realizados sobre a matéria.

Após esta cerimónia, decorreu no Parque das Nações um espectáculo dirigido às crianças e jovens de diferentes escolas, que contou com a participação da cantora Paula Teixeira, do grupo AjudaBombar e das mascotes Panda, Gil e Vasco (Oceanário de Lisboa). ■

Entrevista a Fernanda Freitas

“Não há palavras que descrevam o que recebe um voluntário”

Com o Ano Europeu do Voluntariado quase a acabar, fomos ouvir a Presidente da Comissão Coordenadora. Fernanda Freitas fala-nos da sua própria experiência como voluntária e de como o voluntariado pode ajudar a desenvolver o país e a enriquecer a vida dos que nele se empenham.

Entrevista: Cristina Monteiro

Quem é a Fernanda Freitas?

... O que a trouxe até à Presidência do Ano Europeu do Voluntariado?

O desafio foi lançado pela Comissão Europeia a todos os países: celebrar e promover o voluntariado. Portugal aceitou e decidiu envolver naturalmente todas as entidades ligadas à matéria criando uma Comissão Nacional de Acompanhamento; fui convidada para presidir a esta comissão devido ao meu trabalho diário com mais de cento e vinte parceiros no programa Sociedade Civil – uma boa parte inteira, de resto, esta comissão. Também o facto de ser voluntária há sete anos me levou a aceitar o desafio. Se não fosse voluntária, não o teria feito....

“Sê Voluntário, faz a diferença”... é o lema do AEV 2011.

Depois de mais de um ano dedicada ao AEV, sente que está a fazer a diferença?

Que este serviço que prestou durante cerca de ano e meio (contando com os preparativos) fez a diferença na sua vida e nas vidas de quem durante este Ano contou consigo?

Sim, fez e faz a diferença – primeiro na minha vida! Não vale de muito andar a falar em “fazer mudanças” na vida dos outros se essa mudança não acontecer dentro de nós! Ao longo deste tempo todo descobri que existem variadíssimos tipos de voluntariado: ambiental, cultural... Desde leitores em bibliotecas ao serviço de invisuais até ao dirigente voluntário de uma colectividade... Algumas acções que vulgarmente encaramos como “carolice” mas que descobri serem actos de extrema generosidade, comprometidos, de pessoas que dão de si por vezes pensando primeiro nos outros.... Sei que sou uma pessoa melhor agora que conheci estas realidades. Mas também sei que motivei e motivei muita gente para experimentar uma vez, pelo menos, o voluntariado... Sou contaminadora!

O que aprendeu com esta experiência?

Que quem quer fazer arranja maneira, quem não quer arranja desculpas. Mesmo! Tenho clara noção de que é, de resto, uma aprendizagem para a vida....



Fernanda Freitas é a Presidente da Comissão do AEV

Quer destacar casos que mais a tenham tocado? Que mais a tenham... espantado?

Muita gente gosta de partilhar as suas vivências nas acções onde participo. E é bom reunir este leque de histórias que agora tenho comigo... Desde o jovem numa cadeira de rodas que me disse: “desde que a cadeira entre, eu vou sempre

ser voluntário” ou uma senhora que tem uma doença muito grave e que só não desiste de viver porque tem compromissos com os meninos que acompanha como voluntária ou ainda uma idosa que depois de ficar viúva estava em casa sem fazer nada até descobrir que podia ser útil se fizesse voluntariado... São pessoas inspiradoras!

Como foi que o voluntariado entrou na sua vida?

Sou voluntária há sete anos nas alas de pediatria do Santa Maria e do IPO-Lisboa. Já fazia muitas outras acções em instituições que apoio – desde organizar eventos, promover festas ou recolhas de fundos, escrever livros... Mas de uma forma organizada, com horários e formação específica só desde que comecei a colaborar com a Fundação do Gil. Sou contadora de histórias. E adoro! Saber que naquele pedacinho de tempo aquelas crianças “saem” daquelas camas, daqueles quartos... E voam comigo para onde quiserem... É extraordinário! E depois saber que também os pais descansam um bocadinho, ouvem a história, participam, brincam até! É impossível descrever a sensação com que saio de lá.



Fernanda Freitas tem andado por todo o país em campanha pelo voluntariado.

A quatro meses do fim do projecto, os objectivos do AEV11 estão a ser atingidos?

Sem dúvida! Aliás, de acordo com a própria comissão europeia, estamos até a ultrapassá-los! Supostamente só teríamos de ter feito uma Mostra de voluntariado em Lisboa – integrada na acção europeia “European Tour of Volunteering” que percorre as capitais da Europa. Nós arriscámos... E fizemos uma Tour nacional! Percorrendo praticamente todo o País e ilhas, com uma recepção fantástica por parte das populações locais! Estamos muito cansadas – eu e a presidente do Conselho Nacional para a promoção do Voluntariado, Elza Chambel que também coordena este Ano Europeu – porque são muitos quilómetros no final do ano, mas sabemos que a mensagem chegou a muitos sítios e a muita gente....

O que se ganha em ser voluntário?

Tanta coisa... Uma vez um miúdo perguntou-me se eu era rica porque trabalho “de borla”... Eu respondi que era milionária porque recebia imenso! Mas em sorrisos, beijinhos e até lágrimas... Não há palavras que descrevam o que recebe um voluntário. Tem que se sentir.

O que leva as pessoas a voluntariarem-se em áreas em que não gostariam de trabalhar?

Acho que as pessoas são voluntárias sobretudo nas áreas que gostam: aproveitam as suas competências profissionais,

essa ideia de “dar o que sobra”. Um voluntário dá o que tem de melhor, não apenas o que lhe sobra.

Uma vez um miúdo perguntou-me se eu era rica porque trabalho “de borla”... Eu respondi que era milionária porque recebia imenso!

Que ganha o País com os voluntários?

Em termos económicos, e de acordo com os estudos disponíveis, ganha 1% do PIB. Mas em termos sociais ganha muito mais... Os voluntários são pessoas activas, não ficam em casa à espera que algo aconteça. Avançam quando é preciso – veja-se o movimento voluntário perante catástrofes! Não é preciso pedir, aparecem para o que for preciso fazer... Depois, actuam em áreas como a inclusão social dos mais vulneráveis, acompanham idosos que vivem sozinhos, humanizam os serviços hospitalares e prisionais... Portugal teria uma sociedade pior sem voluntários.



O Ano do Voluntariado ajudou a criar dinâmicas entre entidades públicas e privadas.

sociais, pessoais, para se colocarem ao serviço dos outros e da comunidade. Costumo chamar-lhe um voluntariado de “alfaiataria”: cada um terá o seu. Existem contudo pessoas que querem lidar com realidades completamente opostas às suas e avançam para projectos com os quais nunca se envolveriam de outra forma... Mas mesmo aqueles que ajudam no sentido da caridade, acabam por ultrapassar

Acha que o AEV contribuiu para expandir o voluntariado? Para o levar a terrenos diferentes dos habituais?

Serviu sobretudo para homenagear esta população por vezes invisível, olhada até de lado por alguns que acham que somos uns tontinhos por trabalhar sem receber dinheiro em troca! O dinheiro é importante mas não substituirá nunca as coisas verdadeiramente importantes... Este ano ser-

viu para reconhecer que juntos podemos realmente fazer acontecer, fazer a mudança. O meu receio é a indiferença, a passividade e a expectativa de que “os outros” façam...

Por vezes as pessoas interrogam-se, e em tempos de crise mais ainda, se os voluntários não estarão a substituir pessoas formadas em áreas específicas, contribuindo para o desemprego.

Estou a lembrar-me de notícias referentes ao voluntariado em creches ou, até, ao voluntariado em Museus, nomeadamente na recuperação de painéis de azulejos. Não corremos o risco de estender demasiado o voluntariado?

Acho que está na responsabilidade de cada voluntário não deixar que isso aconteça e isso passa pela formação: eu sei qual o meu papel como voluntária nos hospitais, não faço mais do que isso. Não devo substituir ninguém, o meu papel não é o mesmo da enfermeira, do médico ou da educadora. Eu sei que nenhum deles terá o tempo e a disponibilidade que um voluntário oferece nos seus domínios específicos... Imaginam um hospital ter de pagar a trezentas pessoas para servirem café nas consultas, ou para tricotarem casaquinhos para recém-nascidos, ou cortarem o cabelo aos doentes acamados?

No apoio domiciliário por exemplo, os técnicos e assistentes fazem umas tarefas, os voluntários, outras! Costumo dar um exemplo simples: os técnicos levam o almoço e vão embora; os voluntários

Este ano serviu para reconhecer que juntos podemos realmente fazer acontecer, fazer a mudança. O meu receio é a indiferença, a passividade e a expectativa de que “os outros” façam...

ficam para almoçar com o utente! Não pode haver confusão.

Um voluntário não pode aceitar substituir alguém durante uma licença de maternidade, por exemplo.

O outro lado é que eu sublinho – perante uma situação de desemprego, porque não fazer voluntariado? Não ficar em casa à espera de um emprego; sair, contactar com a comunidade local, perceber onde pode fazer a diferença, aprender com os outros e mostrar as capacidades também à sociedade... É mais útil do que jogar computador... ■

Fundação Eugénio de Almeida

Banco do Voluntariado

há 10 anos em Évora

No Ano Europeu do Voluntariado, a Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, completa 10 anos a incentivar e promover este tipo de intervenção cívica. Estruturado em núcleos de proximidade e em colaboração com as forças vivas da cidade, o Banco do Voluntariado consegue fazer a diferença para as várias centenas de pessoas que envolve em situações concretas.

O Banco de Voluntariado da Fundação Eugénio de Almeida é uma iniciativa desta instituição, que visa promover, valorizar e qualificar o voluntariado, e criar condições concretas para o seu exercício. É um projecto integrado que promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado na região de Évora, disponibiliza informação, formação e apoios diversos às organizações e aos voluntários, dispondo de um conjunto de recursos técnicos, humanos e operativos para a sua gestão.

Que objectivos prossegue?

- Valorizar e promover o Voluntariado;
 - Conciliar a oferta e procura de Voluntariado;
 - Sensibilizar os cidadãos e as instituições para o Voluntariado;
 - Divulgar projectos e oportunidades de Voluntariado;
 - Contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre Voluntariado.
- Em termos concretos, propõe-se:
- Aceitar a candidatura de pessoas interessadas em participar em projectos de Voluntariado assim como receber solicitações de voluntários por parte de instituições promotoras de programas/ projectos de Voluntariado;
 - Encaminhar os voluntários para instituições promotoras de programas/ projectos de Voluntariado;
 - Acompanhar a inserção dos voluntários nas instituições promotoras de programas/ projectos de Voluntariado;
 - Promover formação estruturada e contínua a pessoas que desenvolvem ou pretendem desenvolver trabalho voluntário;
 - Desenvolver Projectos de Voluntariado;
 - Disponibilizar informação e documentação sobre a temática Voluntariado a nível local, regional, nacional e internacional.

A quem se destina?

Aos voluntários, independentemente da idade, sexo ou convicções, que pretendam oferecer a sua disponibilidade para participar em projectos de voluntariado na região de Évora; integrar acções de for-



mação nesta área; aprofundar o seu conhecimento sobre este tema; e informar-se sobre as iniciativas de voluntariado desenvolvidas pelo Banco ou por outras entidades de âmbito local, nacional e internacional.

Às organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que promovem ou pretendam promover projectos e programas de voluntariado na região de Évora.

A todas as pessoas interessadas sobre o tema voluntariado que queiram recolher informação e documentação sobre o mesmo; e conhecer ou integrar as actividades desenvolvidas pelo Banco.

O Banco funciona com base em quatro eixos:

Banco de Dados – Recebe inscrições online dos voluntários e das instituições que pretendem acolher voluntários. Após validar, através de contacto pessoal, os elementos submetidos pelos interessados, procede ao registo da informação pesquisável através da base de dados.

Disponibiliza online listagens de voluntários e organizações, por áreas de actuação, e outros dados relevantes para facilitar o encontro entre a oferta e a procura de oportunidades de voluntariado.

Procede ao encaminhamento dos voluntários para as diversas instituições, e acompanha o seu desempenho.

Formação – Promove formação estruturada e contínua dirigida a pessoas que desenvolvem ou pretendem desenvolver acti-

vidades voluntárias. Realiza workshops, encontros e seminários para troca de experiências e avaliação de resultados. Colabora com as entidades promotoras de programas/projectos de voluntariado na formação dos seus voluntários.

A Fundação Eugénio de Almeida é acreditada pela DGERT para a actividade formativa.

Projectos – Concebe e desenvolve projectos de voluntariado. Dinamiza actividades estruturadas com voluntários, nomeadamente, vocacionadas para o voluntariado social e de proximidade, voluntariado cultural, ou para o voluntariado empresarial. A filosofia do desenvolvimento destes projectos, centrada na valorização e promoção do voluntariado, assenta na colaboração e parceria com outras entidades que desejem associar-se ao Banco.

Informação – Disponibiliza online bases de dados bibliográficas com registos de artigos, livros, revistas e boletins sobre voluntariado, bem como outro tipo de informação organizada, tal como investigações, documentos técnicos e científicos e a legislação que regula o exercício do voluntariado.

Informa sobre as iniciativas/eventos de destaque local, nacional e internacional, através da disponibilização online de uma Agenda. ■

(informação recolhida em <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/banco-voluntariado/homepage.asp>)

Embaixadore

Em Agosto, cerca de dois milhões de jovens acorreram a Madrid para participar nas Jornadas Mundiais da Juventude. Vieram de todo o mundo e viveram cinco dias de festa. Foi assim.

*Texto: Maria Ana Monteiro**

Mercedes e Pilar têm um olhar cansado, mais cansado do que os seus talvez cinquenta anos poderiam justificar. Caminham numa das ruazinhas sem trânsito de Santo Justo y Pastor, uma das paróquias do centro de Madrid. Por vezes entusiasma-se a conversar e param, para logo depois retomarem o caminho em passos vagarosos, pesados. Estou com dois miúdos italianos que não falam nem percebem uma palavra de espanhol, mas faço-lhes sinal e dirigimo-nos juntos às senhoras. “Buenos días!”, digo, e convido-as para as actividades na igreja que é já ali ao lado e que está aberta todos os dias daquela semana até à meia-noite. Subitamente têm muita pressa – e além disso não querem, não estão interessadas, essas coisas de Igreja não são para elas. “E que tal estes dias de Jornadas?”, pergunto, “Muita gente? Não têm descanso?”. Param. Vejo um esboço de sorriso nos seus olhos. “Estes jovens têm uma alegria que contagia”, dizem-me, “é um prazer tê-los cá. Enchem a cidade de festa!” Conversamos então sobre os grupos que invadem a cidade, sobre as multidões de jovens que cantam, que dançam, que rezam nas ruas de



Madrid. No fim voltamos a falar sobre as actividades na paróquia. “Talvez lá passe”, dizem. E no fim da conversa ofereço-lhes um pequeno papel com uma passagem da Bíblia, a Palavra de Deus, e vejo os olhos de Mercedes encherem-se de lágrimas à medida que se afasta. Por essa altura, a algumas estações de

metro dali, milhares e milhares de jovens acumulam-se junto ao palco montado em Cibeles, uma das principais praças de Madrid. Com as suas bandeiras e mochilas berrantes, nem mesmo um Sol a pique e uns quase quarenta (ou mais?) impiedosos graus os pode desanimar. Durante todo o dia vão chegando e enchendo cada centímetro quadrado das ruas, das praças e dos jardins em redor, quais formiguinhas coloridas e barulhentas fervilhando de entusiasmo. Esperam o seu longínquo amigo e pastor, desejosos de o poderem finalmente ver ao vivo – e, com sorte, talvez até bem perto. Esperam Bento XVI, seu anfitrião, que chega finalmente ao cair da tarde e, de sorriso aberto, fala directamente aos corações de diferentes idiomas, com a ternura e a firmeza próprias dos velhos amigos de Jesus: “Queridos jovens dos diversos países de língua oficial portuguesa e todos quantos os acompanham, bem-vindos a Madrid! Saúdo-vos com grande amizade e convido-vos a subir até à fonte eterna da vossa juventude e a conhecerem o protagonista absoluto desta Jornada Mundial e, espero, da vossa vida: Cristo, Senhor. Nestes dias escutareis ressoar pessoalmente a Sua



es da Alegria



Palavra. Deixai que esta Palavra entre e se enraíze nos vossos corações e, sobre ela, edificai a vossa vida. Firmes na Fé, sereis um elo nesta grande cadeia dos fiéis. Não se pode acreditar sem se ser amparado e sem se amparar a fé dos demais. A Igreja precisa de vós e vós precisais da Igreja!” Por toda a cidade desdobram-se iniciativas que concretizam estas boas-vindas iniciais do Santo Padre. Dezenas de Bispos vindos de todo o Mundo celebram diariamente Eucaristia e catequizam em todas as línguas, procurando ajudar os grupos de jovens que afluem à sua volta a deixar que esta Palavra viva e “ressoe pessoalmente” em cada um. Paróquias, conventos, mosteiros – todos escancaram portas para acolher e partilhar experiências com os peregrinos que os procuram. As camisolas verdes dos voluntários das JMJ parecem multiplicar-se em cada esquina e mesmo assim não ter mãos a medir para a torrente de solicitações que lhes chega a todo o instante. Padres, bispos, religiosas, famílias, miúdos pequenos, miúdos mais crescidos, casados, solteiros, europeus,

asiáticos, africanos, americanos, australianos, gordos, magros, altos, baixos, de pele clara, de pele escura, de pele amarelada, de olhos em bico, de chinelos, de saltos altos, de gravata, de ténis, de ganga, de batina. As ruas de Madrid estão cheias, é uma verdadeira experiência de encontro, de Igreja.

Para muitos é tempo de fazer contas à vida, de ousar pôr questões e acolher respostas, de decidir mudar, de se deixar surpreender – enfim, de se converter. Para tantos é tempo de descobrir que as intuições escondidas no mais fundo de si não estão assim tão erradas, e que afinal sempre há Alguém que nos ama infinitamente. É tempo de perceber que os desejos de absoluto talvez não sejam absurdos e vazios, e que afinal a eternidade e a plenitude existem, e têm um rosto e um nome: Jesus.

É tempo de encontrar Jesus. E é tempo de se encontrarem em Jesus. É tempo de decidir viver “enraizados e edificados em Cristo, firmes na Fé”, através dessa mesma Palavra que tocou e curou multidões há dois mil anos atrás, e que encheu de lágrimas os

olhos de Mercedes.

Um mês depois, de regresso a casa, os dois milhões de jovens peregrinos, consagrados no gigantesco aeródromo madrilenho de Cuatro Vientos ao Sagrado Coração de Jesus pelo Santo Padre, lançam-se por todo o mundo em grupos de estudo do Catecismo, de leitura da Bíblia, de partilha, de oração. Continuam a caminhar, a edificar-se e a firmar-se na fé – agora na certeza de não estarem sozinhos e de haver um lugar e uma missão para eles no seio desta Igreja viva em que se encontraram com Jesus e conheceram o amor verdadeiro, a liberdade, o caminho de felicidade: “O Papa agradece o vosso carinho e envia-vos como embaixadores da alegria que o nosso mundo necessita” (Bento XVI, 21 de Agosto de 2011, Madrid). ■

*Aluna do Mestrado Integrado em Psicologia (UL) – Secção de Educação e Orientação, ex-aluna da Emmanuel School of Mission em Roma (www.esm-rome.com)

Cabo Verde: Um país com futuro

Trinta e seis anos depois da independência, Cabo Verde é um país com indicadores sociais acima da média da região africana. Uma pátria que se vai construindo com alicerces de cidadania e com sólidas bases culturais.



Texto e Foto:
Rui Almeida

Quando em 1460 os portugueses chegaram ao arquipélago de dez ilhas desertas que constitui actualmente o estado de Cabo Verde, as suas potencialidades não iam além de base para o comércio de escravos e de plataforma de navegação entre África e a América. Mesmo depois da abolição da escravatura, os grandes problemas climatéricos e os deficientes meios de sustentação económica, fizeram com que o território fosse sendo assaltado ciclicamente por epidemias e vagas de fome e pobreza extrema. No entanto, em meados do Séc. XX, Portugal, país administrante, retoma o seu investimento naquela colónia, sobretudo criando alguns meios de difusão cultural e permitindo alargar uma elite com mais instrução, à semelhança do que acontecia com outras das chamadas “províncias ultramarinas”. Mas o facto de haver mais abertura cultural, ao contrário do que o poder da metrópole desejaria, permitirá também uma maior abertura de consciências e, conseqüentemente, a difusão da ideia de independência.

Um dos factores estruturantes deste país é a elevada taxa de emigração. Existem quase tantos cabo-verdianos fora do que dentro do território. Estados Unidos, Portugal e Holanda são os principais destinos e também esse factor ajuda a que a sociedade seja mais aberta e plural. Com a independência, em 1974, estabelece-se o sistema de partido único. Só em 1991 se realizam as primeiras eleições multipartidárias. Actualmente, Cabo Verde com dois

partidos de grande dimensão: PAICV, no poder, e MPD. Desde Julho deste ano, com a eleição de Jorge Carlos Fonseca, independente fora da área do PAICV, vive-se uma situação de coabitação, que muitos consideram como sendo bastante benéfico para o aprofundamento democrático institucional. Apesar das grandes conquistas políticas e sociais, a par de uma melhoria significativa das condições de vida da população (a esperança média de vida ultrapassa os 70 anos – acima da média africana), o país vê-se ainda a braços com permanentes sinais de corrupção e de abusos sistemáticos de poder, que nos últimos anos têm vindo a suscitar correntes de cidadania activa que se manifestam não só na reacção às más condutas da classe dirigente, mas também inter-

vido na resolução de problemas concretos. A participação cívica é, assim, cada vez mais uma realidade no quotidiano dos cidadãos cabo-verdianos e isso reflecte-se na criação de ONG que se dedicam aos mais variados assuntos. Ancorado numa herança cultural e cívica que tem raízes com mais de cem anos, o povo cabo-verdiano, apesar das fortes contrariedades, tem vindo a criar condições de sustentabilidade económica e um grau satisfatório de independência a esse nível. A modernização ao nível da agricultura e das pescas, bem como o investimento nos recursos energéticos alternativos e no aproveitamento da água, são factores de franco desenvolvimento, que fazem de Cabo Verde um dos casos de sucesso de África. ■



Espaço Aberto Safende

Projecto para formar cidadãos

Iago é um jovem sociólogo italiano que há perto de 7 anos foi de férias a Cabo Verde e decidiu ficar. Ali casou e, desde 2009, passou a trabalhar na Associação Zé Moniz (AZM), uma organização que aposta no desenvolvimento local e na



Iago, um italiano que optou por Cabo Verde

promoção da cidadania, bem como na denúncia dos atentados aos direitos humanos. É através da AZM que Iago é chamado a dirigir o Espaço Aberto Safende (EAS), um projecto englobante, situado num dos inúmeros bairros periféricos da Cidade da Praia.

Iniciativa conjunta da AZM, da Comunidade de Sant'Egidio, do Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente (ICCA) e da Câmara Municipal, o EAS procura ir ao encontro das necessidades de uma população desprovida de quaisquer outros meios de encontro e intervenção cívica. Vocacionado sobretudo para as crianças e jovens, este espaço, um edifício colorido, a contrastar com a paisagem envolvente, de casas que nem pintura têm,

conta entre as suas actividades de raiz, com um jardim-escola e com apoio escolar. Nas várias salas, dispostas em três pisos, podemos encontrar os utentes habituais cujas idades variam entre os 3 e os 25 anos. Um jovem voluntário coordena a sala da internet, que dispõe também de uma pequena biblioteca, enquanto noutra sala é dada formação sobre Direitos Humanos, aulas destinadas à capacitação profissional ou à iniciativa empresarial. A par destas actividades, o Espaço Safende cede salas para actividades externas, como capoeira, dança aeróbica ou judo.

São perto de duzentas pessoas abrangidas directamente por este projecto e muitas outras indirectamente. Quinze pessoas trabalham aqui a tempo inteiro, incluindo três professoras cedidas pelo Ministério da Educação, a que se juntam dois técnicos do ICCA a tempo parcial e seis voluntários. Entre os equipamentos disponibilizados, encontra-se a cozinha, devidamente apetrechada e que permite disponibilizar diariamente cerca de 100 refeições destinadas às crianças e jovens que ali passam boa parte do seu dia. De resto, este Espaço, enquanto iniciativa de carácter comunitário, procu-

ra não só criar actividades destinadas à população, mas também que os seus funcionários sejam oriundo do próprio Bairro de Safende, contribuindo assim para aumentar a taxa de empregabilidade estável naquela zona.

De entre as actividades promovidas pelo Espaço, destaca-se a formação em artesanato, a funcionar na cobertura do edifício e que permite aos aprendizes de artesãos vender as peças ali confeccionadas, revertendo para eles próprios a respectiva receita. Trata-se de uma iniciativa que permite abrir horizontes e integrar socialmente estes jovens, que à partida veriam as suas expectativas de sucesso muito reduzidas, por causa da sua condição social. Além disso, outras iniciativas procuram dinamizar a gente que ali vive, como o teatro ou as artes, mas também intervenções de carácter cívico, como o incentivo de reivindicações devidamente coordenadas e enquadradas, junto das autoridades locais e estatais.

Todo este projecto é estruturado a partir de financiamentos de diversas organizações, estando em fase de implementação um programa integrado de sustentabilidade, que ficará definido até ao final deste ano. ■



Espaço multimédia para os jovens.

António
Alte Pinho*



Coisas inexplicáveis

A primeira vez que vim a Cabo Verde foi em 2006. Uma viagem típica de férias: avião, resort com tudo incluído... enfim, uma semana de repouso num hotel igual a tantos outros por esse mundo afora. Recordo-me de ter dito a amigos, num dia em que fomos a Santa Maria: “é nesta terra que gostava de morrer”. Tarde, evidentemente, e tão jovem quanto possível.

Rigorosamente quatro anos depois, surge um convite inesperado, uma proposta de trabalho: quatro meses em Cabo Verde para acompanhar, enquanto jornalista, a campanha eleitoral para as eleições de 6 de Fevereiro último. Nem hesitei, não perguntei pelo salário, não inquiri sobre as condições, apenas pedi quinze dias para arrumar a minha vida profissional

e não deixar “pendurado” quem, em Portugal, me pagava o salário pela coordenação de duas revistas. Feitas as contas, acho que perdi financeiramente, mas nunca me arrependi da decisão. Regressado a Portugal, três meses depois surge outro convite, em condições ainda menos favoráveis, mas de novo não hesitei e aqui estou a viver permanentemente na cidade da Praia.

O que fará um homem, já passado dos 50, largar tudo e atirar-se à aventura de um país mais ou menos desconhecido e com várias inconveniências? É uma coisa inexplicável, mas uma certeza tenho: há qualquer coisa neste terra que me faz sentir em “chão meu”, como se em tempos imemoriais aqui tivesse vivido, como se fosse essencial à

minha sobrevivência estar aqui para ficar. Cabo Verde colou-se-me à pele.

Não é fácil, para quem está habituado às comodidades europeias, viver neste país. Há grandes problemas com a energia eléctrica e a água; o custo de vida é mais elevado que em Portugal, nomeadamente no que respeita a bens essenciais a que estamos habituados; e há alguns problemas de insegurança urbana. Mas há um clima fantástico e coisas a que, infelizmente, nos desabituaamos: a solidariedade entre vizinhos, a natural simpatia das pessoas, a facilidade com que se estabelecem relações humanas. E isso vale bem mais do que todas as comodidades.

E há outra coisa que não é de somenos importância: este país é ainda muito jovem, a independência tem 36 anos, o processo democrático é recente e está muito ainda por fazer. E isso é um desafio estimulante para quem não se sente velho nos seus 52 anos de idade. Aqui sinto-me, dia a dia, mais jovem, mais empenhado, entusiasmado com a possibilidade única de ver crescer um país e participar nisso.

Para alguns será uma loucura. Mas quem aqui vem com olhos de ver – e sem preconceitos tontos –, Cabo Verde tem todas as razões para nos fazer ficar, para nos fazer sentir parte de uma coisa importante. ■



Quem foi Abel Varzim?



«Espírito prático e mentalidade experimentada»

Eduardo Henriques Moreira (1886-1980) foi uma figura destacada do protestantismo em Portugal. A sua biografia revela uma vida cheia, que passa por missões em África, e relevantes ligações à Sociedade Bíblica, à Aliança Evangélica Portuguesa, ao Instituto Histórico do Minho e à Universidade de Coimbra. Foi ministro das igrejas Congregacional, Presbiteriana e Lusitana. O seu texto que a seguir apresentamos revela Abel Varzim como um autêntico pioneiro do diálogo inter-confessional, num tempo (ainda anterior ao Concílio Vaticano II) em que qualquer confissão não católica vivia em quase clandestinidade no nosso país.

Conheci-o ele, ao Padre Dr. Abel Varzim, na Igreja da Encarnação, em Lisboa, quando ali era pároco. Levava-nos lá um movimento esboçado pelo Dr. José da Costa Moreira, com o fim de se obter uma melhor compreensão entre os cristãos das duas escolas exegéticas do Evangelho único, trazido por Jesus Cristo. Pretendia-se criar uma Irmandade ou Grémio da Boa Vontade... Fôramos antes recebidos pela fidalga lhaneza do senhor Conde de Azinhaga, no evocador palácio a S. José. Haviam-se já trocado impressões com o desassombro que a lealdade cortês sugere.

E agora ali estávamos nas dependências dum histórico templo lisboeta, rodeados de objectos evocadores de passos certos ou errados, como sempre são os da família humana, por toda a parte onde ela vive e sofre.

Éramos um grupo de cristãos reformados, convidados por cristãos romanos, na busca aparentemente sincera duma aproximação humana, na qual, ao ver-se o corpo simbólico da Humanidade ferido e roubado na estrada da vida, se quer que ninguém seja imitador do sacerdote ou levita da parábola do Nosso Senhor, ao passarem de largo; ainda que, nos cuidados fraternos, se possa parecer cismático, como o era afinal o samaritano compadecido.

O Padre Abel Varzim, o pároco que veio a presidir às primeiras reuniões, com firme serenidade e seguro poder de observação, doutor formado em Lovaina, trabalhara no "Jocismo", movimento operário baseado na doutrina social de Roma, segundo os princípios da Encíclica de Leão XIII "Rerum Novarum"; representara a sua Igreja em duas* legislaturas da Assembleia

Nacional; fora professor num seminário e agora, desde 1951, paroquiava aquela área da cidade que inclui o Bairro Alto, o que o levava a procurar extinguir o cancro social da prostituição, tradicionalmente ali enraizado. Cristão católico educado na disciplina da Unidade-a-todo-o-transe, buscada e até agora jamais encontrada, mas sem-



Eduardo Moreira

pre exigida pelo adorado Fundador, pela primeira vez presidia a tão heterogéneas sessões. Os visitantes, protestantes de vários matizes, apresentavam-se como testemunhas da pureza bíblica, aliás, vista em diferentes perspectivas e fruto da liberdade que o Filho de Deus prometeu e concede, mesmo apesar de não sabermos fazer um uso perfeito dela. Ali nos manifestávamos todos, nesse misto de anelos de genuidade e de fidelidade diferentemente exercidos e por isso desencontrados no resultado final.

Depois de alguns discursos expositivos das respectivas posições, o Dr. Varzim, espírito prático e mentalidade experimentada, fez aos presentes a seguinte pergunta: "que poderemos nós desde já realizar?", ao que procurei dar resposta, filha também de longa experiência: "Se nos deixarmos de alcunhar, aos cristãos romanos, de idólatras, e aos reformados, de herejes, uma primeira iniciativa seria a de interceder, junto de particulares ou não particulares, a favor dos perseguidos por sua crença religiosa, vítimas da intolerância, em casos de despedimento, preterição ou maus tratos".

Imediatamente o Padre Varzim replicou: "eu quero fazer parte dessa comissão, se se construir". E pouco mais se pôde adiantar; mas marcaram-se posições.

Era esse o homem que Deus agora chamou, na idade de 62 anos. Passaram-se tempos sem que nada se pudesse realizar, decerto por falta de maturidade no ambiente em que vivemos. Vinha longe ainda o pontificado de João XXIII e a convocação do Vaticano II com observadores ortodoxos e evangélicos.

"Quantum mutatus ab illo!" poderíamos agora exclamar, na língua que já não é exclusiva, na liturgia da tradição ocidental. E acima de tudo a Bíblia já é lida, difundida e citada como o não era. ■

(Rostos que vi, mãos que apertei, Portugal Evangélico, nº 526-528, Agosto-Outubro de 1964, pp. 5-6)

* NdR: Abel Varzim foi deputado apenas numa legislatura (1938-1942)



Texto:
A. Leite Garcia*

Como é bem conhecido e confirmado pelas teorias de organização, são obtidos melhores resultados quando as decisões são tomadas por quem sente directamente as consequências. Assim, quer nas empresas quer nos órgãos de soberania, as decisões, estratégicas ou táticas, tomadas a nível central e longínquo devem ser sempre adaptadas às condições locais e ocasionais, através de larga e extensa delegação de poderes.

Aliás, desde a filosofia grega (Aristóteles), passando pela doutrina cristã das origens, por Tomás de Aquino e pelas modernas encíclicas sociais, é sugerida uma regra muito fecunda e eficiente: o *princípio da subsidiariedade*. E, desde as suas raízes, a União Europeia adoptou este princípio como pedra angular do processo de integração europeu, consagrando-a como norma fundamental e constituinte (artigo 5º do Tratado da Comunidade Europeia).

Etimologicamente originária do latim *subsídium*, que significa ajuda, o princípio da subsidiariedade pretende que o poder se mantenha próximo de quem sente os efeitos práticos de cada decisão e que apenas se transfira para níveis superiores quando não exista suficiente capacidade local de resolução dos problemas. Assim, a intervenção dos centros de decisão mais afastados só se deve verificar quando os centros de decisão mais próximos não estão suficientemente habilitados e precisam de ajuda e apoio, não necessariamente material, para conseguirem os resultados desejados.

O princípio da subsidiariedade fundamenta-se na dignidade da pessoa, entendida como sujeito de direitos, livre e capaz. Para além de fundamental para o processo de integração da comunidade europeia, passou a ser adoptado como base dos modelos de gestão empresarial e de políticas públicas. É invocado sempre que se deseja uma arquitectura institucional que respeite a “proximidade” e a democracia deliberativa. Inspira muitas federações e relações entre estado e sociedade civil. A Igreja segue-o desde sempre, e

reexplicitou a sua adopção no Concílio Vaticano II.

Nesta visão organizativa, que intensifica a cooperação a todos os níveis, a delegação de poderes exerce-se sobretudo de baixo para cima, e só supletivamente de cima para baixo. O poder provém da liberdade operacional de cada centro de decisão e resulta da sua capacidade de obter os resultados desejados e de gerar o correspondente valor. Os centros de base, associando-se e cooperando, confiam a um centro de decisão mais alargado e mais capaz, o que não podem fazer isoladamente. E assim sucessivamente. Cada dirigente tem autoridade, não por direito próprio, mas porque beneficia de uma série ascendente de delegações, incumbindo-o de promover o interesse comum e de cooperar na sua prossecução, respeitando as relações de proximidade.

Contributos e sucessos da subsidiariedade no mundo empresarial

Não é necessário estar ou ter estado numa grande empresa para reconhecer as vantagens do estabelecimento numa rede de centros de decisão com larga autonomia. Tradicionalmente, a arquitectura dominante nas empresas era de tipo piramidal. O dirigente e o seu con-

A maximização do lucro não pode ser adoptada como objectivo único nem último, devendo a sua procura ser apenas utilizada como métrica de eficiência económica e de confirmação de que os objectivos prosseguidos são desejados e justos.

selho de administração detinham o poder e repartiam-no segundo uma hierarquia descendente, exigindo o cumprimento de regras e de procedimentos muito circunstanciados. A criatividade local, fonte importante de valor económico, para além de fortemente condi-

Por um mundo com r

Vencer a crise com maior

cionada, tinha grande dificuldade de se afirmar e de ser reconhecida pelos superiores.

Para reduzir estes efeitos, crescentes com a dimensão das actuais grandes organizações, a governação teve de ser redesenhada e teve de se atribuir maior autonomia a centros de decisão de pequena dimensão, mas sem os descomprometer com a prossecução de resultados quantificados e sujeitos a uma forte disciplina, de tipo mais contável e orçamental, e menos prescritiva dos procedimentos a seguir.

E, mesmo em empresas, resultados não significam necessariamente lucros. Raramente a autonomia destes centros de decisão vai ao ponto de negociar preços de referência para os bens e serviços transaccionados internamente à empresa, Tal capacidade tenderia para a permissão de alternativamente transaccionar estes bens e serviços com o exterior da empresa, desagregando-a, e transformando os seus centros de decisão em empresas autónomas. Assim, por exemplo, num centro de compras, resultados pode significar respeitar limites de custos; num centro de vendas pode corresponder a ultrapassar um limiar de receitas.

Resultados sempre sujeitos a disciplinas orçamentais quanto a recursos, nomeadamente humanos e de crédito, pois é muito fácil produzir, vender ou comprar, esbanjando recursos ou abusando de facilidades de pagamento quanto a prazos, descontos ou juros. Orçamentos sempre sujeitos a relatórios periódicos de execução e de justificação de desvios, validados e comentados por órgãos dedicados, gerando informação ascendente por vias independentes da hierarquia de gestão, até uma instância de supervisão que engloba o próprio conselho de administração.

Limites e inconvenientes da ânsia desregrada pelo lucro

O sucesso deste tipo de organização empresarial, potenciando a livre iniciativa, desacreditou o sistema de planeamento central para dirigir a economia e, sobretudo desde o colapso do muro de Berlim, consagrou o sistema de mercado como o mais apto para resolver a questão da atribuição de recursos limi-

mais subsidiariedade

r diálogo e controlo orçamental

tados para produzir riqueza. Todavia, a maximização do lucro não pode ser adoptada como objectivo único nem último, devendo a sua procura ser apenas utilizada como métrica de eficiência económica e de confirmação de que os objectivos prosseguidos são desejados e justos, isto é, sem que uma procura exacerbada pela publicidade oriente a empresa para a satisfação das necessidades artificiais e supérfluas dos que têm muito poder de compra, em detrimento da satisfação das necessidades primárias dos mais pobres e marginalizados. Aliás, a maximização do lucro a curto prazo compromete-o frequentemente a médio e longo prazo, e entra em conflito com outros objectivos vitais das empresas, como as quotas de mercado, a manutenção da qualidade do produto e a satisfação dos colaboradores. Neste início do século XXI são evidentes os efeitos deletérios do desprezo de regras prudenciais quanto a limites de crédito, pondo em risco a continuidade ou a independência de muitas empresas cujos gestores se deixaram levar pela sedução das grandes alavancagens para conseguir maiores lucros.

De facto, o objectivo exclusivo do lucro, sem ter como fim último o bem comum, conduz a uma ruínosa exploração do planeta e aumenta a desproporção entre pobres e ricos, destruindo riqueza e aumentando a pobreza. Efeitos que contrariam a justiça e que são tão agravados quanto a ânsia pelo lucro leva ao desrespeito de direitos humanos, nomeadamente, insuficiente remuneração do trabalho, não correspondência às expectativas dos clientes, não cumprimento de normas de segurança e de qualidade e não honrar contratos livremente aceites nem as boas práticas vigentes no meio empresarial.

Mercado quando possível mas estado sempre que necessário

Assim, para bom funcionamento, a economia de mercado não pode dispensar o eficaz cumprimento de um mínimo de regras, e a crise que vivemos nestes últimos anos mostra bem quanto era ilusória a tese de que o mercado seria capaz de se auto regular. Aliás, mesmo que seja defensável uma economia de mercado, sobretudo se bem regulado,

como a sociedade não se identifica com a economia, nunca seria aceitável uma sociedade de mercado.

E, embora o estado se tenha mostrado incapaz de se libertar do poder económico e pouco competente para atempadamente elaborar a regulação apropriada para a economia e sobretudo as finanças dos tempos actuais, nunca se pode aceitar o lema “máximo de mercado, mínimo de estado”, quanto muito “mercado quando possível e estado sempre que necessário”.

Para além do estado ser indispensável

Para além do estado ser indispensável na correcção das falhas de mercado, é ainda necessário para elaborar e consagrar normas de conduta e para proteger de parceiros não cumpridores de leis ou contratos.

na correcção das falhas de mercado, para nomeadamente garantir a concorrência e evitar concentrações excessivas, o estado é ainda necessário para elaborar e consagrar normas de conduta e para proteger de parceiros não cumpridores de leis ou contratos.

Podendo ser dispensado na produção de riqueza, o estado é imprescindível na sua redistribuição, atenuando as assimetrias existentes, e ainda para manter a coesão social e proteger as famílias e os indivíduos mais desprovidos.

Tal como o mercado, também o estado não se identifica com a sociedade, nem se pode limitar à regulação da actividade económica, promovendo-a e corrigindo as suas deficiências. Estando ao serviço da sociedade como um todo, deve rejeitar tudo aquilo que não for digno da liberdade e dos direitos humanos, designadamente, o abuso da autoridade, a corrupção, o domínio do fraco pelo forte, a tirania, o uso da violência e o terrorismo. E deve promover o direito do seu povo participar na vida políti-

ca e nas correspondentes decisões, a todos níveis. E não só de forma reactiva, mas também pró-activamente, devendo nomeadamente seguir o exemplo dos estados europeus que baseiam as políticas sociais sobre valores partilhados como a solidariedade, a coesão, a igualdade de oportunidades, a luta contra a discriminação, a saúde e a segurança no trabalho.

Subsidiariedade na sociedade como um todo

Chegados a este ponto, é altura de referir que o princípio da subsidiariedade não deve ser só considerado na direcção “vertical”, entre os vários níveis duma administração, pública ou privada. Deve igualmente ser encarado na direcção “horizontal” (relações cruzadas e a todos os níveis entre o estado, o mercado e a sociedade civil), fomentando o equilíbrio entre a esfera pública e a privada e promovendo a descentralização burocrática e administrativa, com o consequente reconhecimento da função social do privado.

Assim, se a produção de um bem ou prestação de um serviço puderem ser prestadas adequadamente por privados, o princípio da subsidiariedade aconselha a não as estatizar, evitando excessos de centralização, de burocratização e de assistencialismo, inclusive na educação, na saúde e na prestação de serviços públicos ou no fornecimento de bens de interesse geral. Ao intervir directamente, desresponsabilizando a sociedade, o estado assistencial provoca a perda de energias humanas e o aumento exagerado do sector estatal, frequentemente mais dominado por lógicas burocráticas do que pela preocupação de servir os utentes, conduzindo a um enorme acréscimo de despesas.

Para finalizar e especialmente num período em que nos é imposto reduzir o estado, guiados por Bento XVI (CV 60), “não devemos deixar de considerar que um sistema de solidariedade social melhor participado e organizado, menos burocrático sem ficar menos coordenado, permitiria valorizar muitas energias, hoje adormecidas, em benefício também da solidariedade entre os

Os Sindicatos na Encruzilhada

Os sindicatos são um elemento indispensável da vida social



Texto:
Artur Lemos*

O cenário foi desenhado pela "Troika" e os partidos do arco governamental aceitaram-no como inevitável.

Embora já tenha sido dito em vários tons, há

que continuar a repeti-lo, não como auto-punição para os nossos eventuais erros, mas como estímulo para nos esforçarmos por minimizar os danos dessa intervenção que corre o risco de, ao lançar fora a água do banho, deixar cair e perder o bebé. A dimensão da dívida pública e a história de cumprimento do país não justificam nem a magnitude das taxas de juro nem a imposição unilateral de regras de governo do país. É agiotagem e tirania exercidas em nome da liberdade do mercado e dos interesses de um capitalismo de casino.

No domínio sócio-laboral a "Troika" impõe a redução dos conteúdos dos direitos laborais e sindicais. Se a redução prevista não contribuir para reanimar a economia e permitir o pagamento da dívida, novos passos

surgirão até à abolição de alguns deles. Há que remover todos os empecilhos à efectivação da liberdade completa de produção e de troca.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, «o governo criou a sua própria armadilha ao pensar que a tutela internacional podia ser usada em dose controlada: usá-la para realizar o projecto político que a direita, por si só, nunca foi capaz de levar a cabo mas impedir que os condicionamentos da tutela destruam o país. A armadilha reside em que a tutela, porque é internacional, vê Portugal à escala de um lugarejo e não submete a dosagem da sua intervenção a outros critérios que não sejam os seus.»

Que se passou durante a última década no domínio sócio-laboral? Em última análise tudo pode resumir-se ao seguinte. A economia estagnou e os sindicatos persistiram na defesa dos direitos laborais e sindicais que configuram a democracia social. Criou-se, assim, um desajustamento entre os direitos sócio-laborais e a possibilidade real de os efectivizar, por falta de dinamismo da economia. Nalguns casos, a defesa dos direitos teve até efeitos contrários às

suas finalidades originais e agravou as dificuldades da economia.

As empresas foram atacadas por uma concorrência feroz e pela fuga de investimentos. Não dispondo de vantagens tecnológicas e sem dinamismo empreendedor procuraram aliviar os custos do trabalho recorrendo à subcontratação e ao trabalho precário. Os sindicatos opuseram-se frontalmente à liberalização dos despedimentos individuais rejeitando a "flexi-segurança" e cederam na gestão do tempo de trabalho, nos despedimentos colectivos e negociaram, pontualmente, como no caso da Auto-Europa, soluções à medida.

Não obstante, a precariedade aumentou e a parte dos salários no PIB diminuiu. Com a eclosão da crise financeira mundial, a taxa de desemprego subiu para níveis nunca antes vistos.

Paralelamente, os sindicatos concentraram a sua actividade no sector público: administração pública e empresas públicas. O Estado dificilmente podia eximir-se a respeitar o quadro laboral que ele próprio tinha sancionado e de que era garante. E seria sempre possível esticar o orçamento. O Estado acabou, assim, por



povos. E que uma possibilidade de ajuda para o desenvolvimento poderia derivar da aplicação eficaz da chamada subsidiariedade fiscal, que permitiria aos cidadãos decidirem a destinação de quotas dos seus impostos versados ao estado".

Trecho que nos mostra que não é suficiente que a fiscalidade obedeça a orçamentos transparentes e aprovados exclusivamente por parlamentos ou assembleias. Aliás, mesmo quando estes orçamentos estão desdobrados e elaborados obedecendo ao princípio da subsidiariedade, ainda é possível e sempre desejável a intervenção descentralizada e continuada dos cidadãos.

Por exemplo, através do mecenato e de donativos, o estado não só é informado das acções de solidariedade a preferir, como também, através de reduções fiscais impropriamente consideradas como benefícios, é induzido a maior participação nas actividades assim materialmente plebiscitadas. Outro exemplo, infelizmente ainda não adoptado em Portugal, consiste no chamado cheque escolar, através dos quais as escolas, oficiais ou equiparadas, são remuneradas pelo estado, mas só na medida em que correspondam a livre opção dos pais, induzindo-as a uma prestação de qualidade em concorrência com as existentes na proximidade.

Assim, tal como se exige na economia, onde as empresas não podem deixar de continuamente corresponder às preferências dos clientes, a administração central e local não pode deixar de permanentemente prestar contas do seu desempenho e da forma como vai cumprindo o plano e orçamento com que se comprometeu, não sendo suficiente dizer, mesmo sem arrogância, que se sujeita a eleições. De facto, nem a democracia nem a subsidiariedade se esgotam em eleições. ■

*Dirigente do Forum Abel Varzim

dar um pouco mais de estabilidade laboral a um número apreciável de precários, manteve a prática de não despedir funcionários públicos e sustentou a média salarial dos funcionários públicos 500 euros acima da média dos salários do sector privado.

Neste quadro os sindicatos viram, de facto, reduzir-se o seu campo de actuação. A actividade nos locais de trabalho diminuiu substancialmente, em parte devido à paralisia da negociação colectiva e à diminuição do número de sindicalizados. Ao concentrarem-se no sector público, dirigido pelo Governo, ficaram naturalmente mais dependentes dele.

Em abono da verdade não se pode dizer que o dispositivo sócio-laboral existente seja particularmente pesado sobretudo se for medido pelos resultados: precariedade ou flexibilidade fáctica das mais altas da Europa; peso dos salários no rendimento nacional dos mais baixos da EU; leque salarial dos mais altos e duração do trabalho um pouco acima da média. Mas também não pode esconder-se que, a manter-se a estagnação económica (e tudo indica que assim será), será necessário fazer ajustamentos no quadro sócio-laboral.

Tais ajustamentos, porém, encerram perigos graves.

O primeiro, diz respeito à desvalorização dos sindicatos e da actividade sindical. As principais decisões já

foram tomadas unilateralmente pela "Troika" e consentidas pelos partidos do arco governamental. É imprescindível não tornar definitiva uma situação **de excepção** que, a acontecer, destruiria a democracia dentro do mundo laboral.

O outro perigo é o do esvaziamento total do conteúdo dos direitos sócio-

Chegou, porventura, o momento de os partidos políticos darem uma ajuda menos interesseira aos sindicatos, contribuindo assim, e de forma directa, para a consolidação dessa outra dimensão da democracia que é a democracia dentro do mundo do trabalho.

laborais. A pretexto de que o actual estado da economia não suporta a aplicação integral de tais direitos, reduz-se-lhe o âmbito de aplicação. Em determinado momento, porém, a noção de direito transforma-se em dádiva ou esmola social em favor dos mais desfavorecidos.

Os sindicatos são das instituições mais respeitadas da sociedade por-

tuguesa. Os seus cerca de 20.000 quadros dão provas de uma militância extraordinária e de um idealismo mais do que franciscano.

Apesar disso, o número de sindicalizados tem diminuído, enfraquecendo a sua capacidade de mobilização e a sustentação financeira da sua actividade. Por outro lado, a privatização anunciada do sector público reduz-lhes ainda mais o espaço de actuação.

E, se os actuais quadros sindicais merecem os maiores elogios, não se pode ignorar que estão no fim das carreiras profissionais e sindicais e que a militância que lhes encheu por completo as vidas não lhes permitiu actualizar conhecimentos na medida exigida pelo novo contexto político e sócio-laboral.

Entre as formas de compensar as debilidades assinaladas existe a de se associarem a movimentos cívicos e às universidades e a de renovarem os laços que os ligam aos partidos políticos. Chegou, porventura, o momento de os partidos políticos darem uma ajuda menos interesseira aos sindicatos, contribuindo assim, e de forma directa, para a consolidação dessa outra dimensão da democracia que é a democracia dentro do mundo do trabalho.

Os sindicatos não poderão virar as costas ao combate pelo emprego, pela negociação colectiva, pelo trabalho com direitos e pelos direitos sindicais. Mas terão de incluir outras áreas susceptíveis de preparar um futuro diferente: economia social e qualificação profissional.

Os sindicatos, sobretudo os da corrente maioritária, têm privilegiado a confrontação. Acontece, porém, que quer o governo quer o patronato se encontram actualmente subjugados pelo capitalismo financeiro internacional. Continuar a confrontação poderá levar à morte, seguramente gloriosa mas inútil, do movimento sindical e à destruição das traves-mestras do Estado social. Será mais realista, embora menos empolgante, enveredar pela negociação, explorando as limitadíssimas janelas de oportunidade que a actual situação pode vir a oferecer. ■

*Associado do Forum Abel Varzim



O Forum Abel Varzim na Internet

Comunicar para desenvolver

Quem conheça a vida e a obra de Abel Varzim, não pode deixar de constatar que grande parte da sua acção passou pela comunicação. Colaborador de inúmeros jornais (entre os quais se destacam o *Jornal de Notícias*, o *Novidades* e a revista *Lumen*), nos quais deixou largas centenas de artigos, criou ele próprio um projecto jornalístico, *O Trabalhador*, que, como é conhecido, lhe trouxe grandes dissabores, sobretudo por lhe ter dado um carácter de abertura a um diálogo alargado com todos quantos estavam envolvidos no mundo laboral, incluindo os próprios operários, que na altura poucos ou nenhuns meios tinham para fazer ouvir a sua voz.

Portanto, comunicar e dar voz a quem não a tinha, sempre foi um desígnio deste sacerdote que já no Seminário era um entusiasta das publicações de circulação interna; que, juntamente com o Pe. Lopes da Cruz, esteve ligado aos primeiros passos da Rádio Renascença; que esteve ligado a revistas juvenis como *O Papagaio*, onde publicou pela primeira vez em Portugal o famoso Tintim; que manifestou sempre um profundo interesse pelo cinema, enquanto arte e enquanto contributo para a consciencialização das massas. Enfim, um homem que percebeu que, como diz o ditado, “a comunicar é que a gente se entende”.

Deste modo, o Forum que toma Abel Varzim como patrono, não podia furtar-se ao uso das tecnologias à sua disposição para a promoção do debate e para a difusão de ideias e de opiniões que contribuam para mitigar o isolamento a que os cidadãos das sociedades contemporâneas cada vez mais têm tendência a remeter-se. Paradoxalmente, as tecnologias da comunicação estão cada vez mais difundidas. O tributo espontâneo que centenas de milhões de pessoas prestaram a Steve Jobs (1955-



2011), criador da empresa Apple, no dia da sua morte, revela bem como as nossas vidas cada vez mais estão intimamente ligadas aos aparelhos que nos permitem estar em contacto com o resto do mundo.

É neste contexto que o Forum Abel Varzim tem vindo a desenvolver vários meios de comunicação na internet. Mantendo e actualizando o Portal, foi criada há meses uma página no Facebook, que conta já com perto de trezentos aderentes. A esses meios vem agora juntar-se um blogue, que permite uma melhor dinâmica de aproximação e de interacção. Estes três recursos permitem assim, não só que o Forum chegue a cada vez mais gente, mas também que cada vez mais gente faça ouvir a sua voz. Não se pretende levantar a voz acima dos outros, com técnicas de populismo que apenas quer dar nas vistas. Antes pelo contrário, apostamos nos conteúdos e apelamos à reflexão e à participação. ■

Siga-nos em:

www.forumavarzim.org.pt
www.forumavarzim.blogspot.com
www.facebook.com

TRANSFORMAR

Propriedade do Forum Abel Varzim – Desenvolvimento e Solidariedade

Equipa editorial: A. Leite Garcia, António M. Soares, Artur Lemos, Cristina Monteiro, Idalina Grácio de Andrade, José do Carmo Francisco e Rui Almeida.

Colabora neste número: António Alte Pinho



FORUM ABEL VARZIM
DESENVOLVIMENTO
E SOLIDARIEDADE

Apartado 2016 • 1101-001 LISBOA • Tel: 218 861 901
transformar@forumavarzim.org.pt www.forumavarzim.org.pt

Os associados que pretendam efectuar o pagamento das quotas por transferência bancária, podem usar o NIB 0035-0698-00022001930-29
 Depósito Legal: 190801/03

Execução Gráfica:
 Torreana - Indústria e Comunicação Gráfica, S.A. - Fonte Santa • Torres Vedras